

# Constituição definirá atribuição da polícia

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — Mais de 200 delegados, liderados pelo diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, pediram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que seja mantida a institucionalização da Polícia Civil, que pela primeira terá a atribuição de órgão responsável pela segurança pública fixada pela Constituição.

O artigo que define o papel da polícia deverá ser votado hoje ou amanhã. Tanto o projeto da Comissão de Sistematização como a proposta do *Centrão* atendem aos objetivos dos delegados e, segundo argumentou Tuma com Ulysses, "da população, que terá profissionais qualificados com formação diretamente voltada para a segurança pública".

Atualmente, a missão da Polícia Civil é estabelecida pelo Código Penal e por leis estaduais. O presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, Cyro Vidal, disse que a inclusão da Polícia Civil na Constituição, nas mesmas condições da Polícia Federal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, "é a verdadeira constitucionalização da segurança pública".

Segundo Vidal, no Piauí e em Sergipe a Polícia Civil sequer existe, enquanto em Alagoas foi criada recentemente e no Acre está em formação. "Com a norma constitucional que cria a figura da Polícia Civil, as constituições estaduais terão que prever as mesmas, o que vai discipliná-las de maneira uniforme em todo o país". O delegado acredita ainda que cerca de 100

mil policiais civis serão beneficiados e destes, cerca de 10 mil delegados.

Romeu Tuma destacou que, com a definição do papel constitucional da Polícia Civil, "todos os delegados terão que ser bacharéis em Direito, a admissão se fará através de concurso público e, com uma formação profissional adequada e própria, os policiais terão maior preparo para tratar a população".

O lobby dos policiais civis atingiu todos os setores da Constituinte e não há dúvida de que eles serão atendidos. O Título V (Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), cuja votação deverá ser iniciada hoje, inclui, além do aparelho policial, o papel constitucional das Forças Armadas. Os principais itens são:

**Forças Armadas** — Tanto o projeto da Sistematização como o texto do *Centrão* mudam a definição atual do papel das Forças Armadas. Dizem que as Forças Armadas estão subordinadas à autoridade do presidente da República e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, "por iniciativa de um destes, da lei e da ordem". A Constituição vigente define a garantia da lei e da ordem como missão dos militares.

**Polícias Militares** — Não muda a atual definição das Polícias Militares, que continuam sendo forças auxiliares do Exército. O efetivo das PMs soma 500 mil homens, em todo o país.

**Bombeiros** — Os bombeiros

passarão a ter uma função constitucional destinada à defesa civil e deixam de ser subordinados às Polícias Militares. Atualmente, somente o Rio de Janeiro e o Distrito Federal possuem o Corpo de Bombeiros desvinculado da Polícia Militar. O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) calcula que hoje, cerca de 20% dos policiais militares foram desviados para o Corpo de Bombeiros, como em São Paulo, onde no efetivo de 70 mil policiais militares cerca de 15 mil são bombeiros. Os bombeiros passam a ser funcionários públicos estaduais militares, mas com trabalho voltado para a defesa civil.

**Polícia Rodoviária** — Não é mencionada em nenhum dos textos, mas uma emenda de elaborada por parlamentares de várias tendências propõe incluir a Polícia Rodoviária como órgão de segurança pública e determina que será órgão permanente, estruturado em carreira ao patrulhamento ostensivo e à manutenção da segurança nas rodovias federais. Atualmente a Polícia Rodoviária Federal é um órgão subordinado ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e não é previsto na Constituição. Uma emenda popular com 180 mil assinaturas pedia a institucionalização da Polícia Rodoviária como órgão de segurança. A emenda é assinada pelos deputados Ivo Cersósimo (PMDB-MS), José Maranhão (PMDB-PB), Ubiratan Spinelli (PDS-MS) e Cunha Bueno (PDS-SP) e encampa a proposta de iniciativa popular.



Tuma com Ulysses: lobby dos delegados